

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 990 - 30/5/2016

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

PROFESSORES ELEGEM NESTA SEMANA NOVA DIRETORIA DA APROPUC

Entre os dias 30/5 e 1/6 ocorre a eleição da nova diretoria da APROPUC. A chapa Autonomia e Ação Coletiva na Luta foi a única inscrita. Presidida por João Batista Teixeira da Silva, do departamento de Inglês, da Faficla, tendo como vice-presidente a professora Maria Beatriz Abramides, do Departamento de Fundamentos do Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, a chapa tem um programa que abrange três tópicos básicos: os princípios defendidos dentro da entidade, os problemas a serem enfrentados na universidade e os principais temas de enfrentamento na sociedade (veja íntegra da carta programa nas páginas 2 e 3).

A apuração dos resultados ocorre no dia 2/6 e a posse da diretoria em 16/6. Nesta página publicamos também os locais de votação em cada campi.

A APROPUC tem-se colocado intransigentemente na defesa dos direitos dos professores da PUC-SP.

O seu fortalecimento, em um momento crítico como o que vivemos hoje, onde as ameaças às conquistas dos professores, tanto interna como externamente, se fazem sentir com maior intensidade é fundamental para a categoria. Daí a importância de seu voto e sua participação na entidade.

CHAPA: AUTONOMIA E ATUAÇÃO COLETIVA NA LUTA

Presidente

João Batista Teixeira da Silva (Faficla - Dept. de Inglês)

Vice-presidente

Maria Beatriz Costa Abramides (Fac. de Ciências Sociais - Depto. de Fundamentos do Serviço Social - PEPG em S. Social)

1º Secretário

Leonardo Massud (Fac Direito - Depto. de Direito Penal, Processo Penal e Medicina Legal)

2º Secretário

Áquilas N. Mendes (FEA - Departamento de Economia - PEPG Economia Política)

1º Tesoureiro

Jason Tadeu Borba (FEA - Departamento de Economia)

2ª Tesoureira

Victoria Claire Weischtordt (Faficla - Departamento de Inglês)

SUPLENTE

1ª Suplente

Regina Gadelha (FEA - Depto. Economia - PEPG Economia Política)

2ª Suplente

Antonio Carlos Mazzeo (Depto. de Fundamentos do Serviço Social - PEPG em Serviço Social)

3ª Suplente

Sandra Sanchez (FaCHS - Depto de Psicologia Social)

COMISSÕES

Comissão de Cultura

Antonio Rago Fº, Mauro Luiz Peron (Fac. Ciências Sociais)

Comissão de Trabalho e Contrato

Sandra Sanchez (FaCHS - Depto. de Psicologia Social)

Comissão de Integração da América Latina

Vera Lúcia Vieira (Faculdade de Ciências Sociais)

ELEIÇÕES DA APROPUC dias 30/05, 31/05 e 01/06/2016 LOCAIS E HORÁRIOS DE VOTAÇÃO

CAMPUS	LOCAL	HORÁRIO
APROPUC	Rua Bartira, 407	das 9 às 19h
Monte Alegre	Prédio Velho : Recepção Pde. Novo Térreo ao lado do xerox	das 8 às 20h
Marquês Paranaguá	Secretaria da Graduação	das 9 às 19h
Derdic	Secretaria Geral	das 8 às 17h
Sorocaba	Diretoria da Faculdade	das 8 às 16h

FORA TEMER!

ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !

PELA ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA DOS TRABALHADORES!

CONTRA O AJUSTE FISCAL E DESTRUIÇÃO DE DIREITOS!

PREPARAR A GREVE GERAL!

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

Carta Programa da Chapa

Autonomia e Atuação Coletiva na Luta

Nossa entidade de classe completa 40 anos de existência em 2016, sempre na defesa dos interesses e direitos dos professores. Tem compromisso firme e sério com a categoria profissional e tem uma longa e reconhecida história de lutas. Jamais deixou de ser este importante espaço dos docentes da PUC-SP, tanto nos bons como nos maus momentos da Universidade.

Sabemos que a PUC-SP vive uma crise sem precedentes. A atual reitoria marcou sua gestão por uma política reducionista, extinguindo cursos, turnos e turmas. Como consequência, centenas de professores foram demitidos e outros mais tiveram seus contratos compulsoriamente reduzidos. Além disso, manteve a maximização que nos pune há dez anos, tendo sido até ampliada pela atual gestão; quatro contratos diferenciados, o que significa salários desiguais para trabalho igual; represamento de professores, bloqueando acesso e ascensão à carreira. Por outro lado, funcionários foram sumariamente demitidos. A atual movimentação da universidade frente a um novo processo de "consulta à comunidade" indica que, em primeiro lugar, a democracia universitária se esvaiu pelo ralo, e também que novas reduções contratuais e demissões podem acontecer ao longo do ano. O clima geral é de desesperança e desalento.

Em momentos como este os professores precisam - mais do que nunca - debater os seus problemas, analisar a situação, unir forças e atuar coletivamente com autonomia. É um grande equívoco imaginar que a solução seja individual, que cada professor vai conseguir, sozinho, salvar a própria pele, não sofrer os efeitos da crise que atinge a todos. Silenciar, fingir que está tudo bem, buscar saída pessoal ou tentar proteção na forma de submissão não vai impedir demissões e reduções contratuais.

Ademais, a tentativa de uma saída institucional de articulação pelo alto, sem debates e participação da comunidade, também se configura uma "miragem" tendo em vista as experiências vividas.

Somente com a continuidade da autonomia, união e luta os professores poderão negociar em situação de igualdade com a Fundação São Paulo, apresentar propostas que enfrentem a crise com o menor dano possível aos salários, às condições de ensino e de trabalho e aos empregos. Como vamos preservar empregos se não somarmos forças em torno de um programa mínimo de defesa da categoria? Como vamos defender nossos direitos se não tivermos uma entidade forte e vigilante? Como vamos dar continuidade à defesa de uma universidade crítica, pluralista, com direção social, voltada aos interesses da classe trabalhadora? Este é o momento de atuarmos com unidade para exigir medidas que respeitem o conjunto dos professores que dedicaram suas vidas para manter a história de uma universidade crítica, livre e soberana como a PUC-SP.

A APROPUC, ao longo desses 40 anos, continua sendo a nossa mais importante trincheira de autonomia e atuação coletiva na luta. Graças ao empenho, dedicação e apoio dos professores, a entidade tem conseguido estimular o debate sobre os principais problemas da Universidade, defender o contrato coletivo de trabalho da categoria, denunciar as ameaças e violências praticadas contra os professores, fazer o contraponto aos que querem destruir a história da PUC-SP e impedir que os ataques aos nossos direitos historicamente conquistados possam ocorrer.

Por isso, com autonomia, resistimos em nossa luta!

Nossa chapa assume os seguintes compromissos:

Na APROPUC

1 - Defender o funcionamento democrático da entidade e o respeito à soberania das assembleias dos professores.

2 - Defender o zelo e a transparência de todas as atividades administrativas e financeiras da associação.

3 - Reforçar e ampliar os mecanismos de participação dos professores na associação, em comissões específicas e na constituição de um Conselho de Representantes.

4 - Realizar campanhas de associação junto aos professores e estimular a utilização da sede pelos associados.

5 - Aprimorar os canais de divulgação e comunicação da associação e assegurar o bom funcionamento do jornal PUCviva, do site e das redes sociais da APROPUC.

6 - Promover formas democráticas de utilização do espaço da APROPUC, como em saraus culturais, lançamentos de livros, cursos, palestras e outros eventos.

Na Universidade:

7 - Aprofundar a luta pelo fim da maximização e do represamento.

8 - Intensificar a luta pela unificação dos contratos.

9 - Defender o Acordo Interno vigente e lutar pela retomada de direitos usurpados como a estabilidade, bolsas de estudo e capacitação, horas-pesquisa e extensão, creche, entre outros, buscando sempre avanços nesses âmbitos.

10 - Defender uma avaliação construída coletivamente entre os professores, considerada a natureza do ensino, pesquisa e extensão por eles desenvolvidas e contra o produtivismo na avaliação.

11 - Lutar pela retomada da autonomia e democracia universitárias, revitalização da representatividade e autonomia dos conselhos em relação à Reitoria e Fundação São Paulo.

12 - Lutar pela retomada de processos eleitorais democráticos e legítimos, com respeito a prazos que possibilitem um amplo debate programático para a construção de chapas para cargos eletivos da universidade.

13 - Respeitar a soberania do voto da comunidade, nomeando a/o candidata/o mais votada/o.

14 - Defender a unidade de ação dos três segmentos da Universidade: professores, funcionários e estudantes, no apoio pelo plano de carreira e cargos para funcionário, pelo fim da terceirização e incorporação dos terceirizados no quadro de funcionários e na articulação com as reivindicações específicas dos estudantes tais como bolsas de estudos, iniciação científica, monitoria, redução das mensalidades, entre outros.

15 - Defender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; a unidade da teoria e da prática e a geração do conhecimento ligado à produção social e às necessidades e transformações da sociedade.

16 - Lutar por um sistema de aposentadoria complementar para os professores.

17 - Combater as políticas privatistas, produtivistas, racionalizadoras e elitistas do ensino e defender a função social e comunitária da Universidade.

18 - Defender que o processo de internacionalização da universidade privilegie a relação com instituições de ensino, pesquisa e extensão voltadas para o compromisso social, que reforcem valores humanistas.

continua na próxima página

continuação da página anterior

19 - Lutar pela melhoria das instalações, dos equipamentos e da infraestrutura da Universidade, atualmente em situação precária em várias unidades.

Na Sociedade:

20 - Defender o ensino público, gratuito, presencial, laico, universal e de qualidade em todos os níveis. Oposição às contrarreformas de cunho neoliberal dos governos FHC, Lula e Dilma e eventuais governos a vir.

21 - Promover a atuação da APROPUC no movimento social dos professores e nas lutas gerais dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida. Dar continuidade à articulação dos professores do ensino superior da rede privada contra a mercantilização e precarização das condições de ensino e trabalho.

22 - Lutar contra as reformas neoliberais - trabalhista, sindical, previdenciária, do ensino superior - e contra a retirada de conquistas e direitos dos professores e dos trabalhadores.

23 - Lutar contra o desemprego, a terceirização e precarização do trabalho, a flexibilização e desregulamentação das relações trabalhistas, a demissão imotivada dos trabalhadores e também contra os 55 Projetos de Lei em tramitação hoje no Congresso Nacional, de ataque frontal aos direitos e conquistas trabalhistas.

24 - Lutar contra as formas análogas de trabalho escravo, que recaem notadamente sobre imigrantes e migrantes no território nacional e a favor do reconhecimento do status de trabalhador à população imigrante.

25 - Lutar contra o trabalho infantil.

26 - Defender a autonomia e liberdade sindical, o direito irrestrito de greve, autonomia financeira, o fim do imposto sindical e o fim da legislação repressiva e restritiva às lutas dos trabalhadores.

27 - Apoiar a reforma agrária e urbana, os movimentos pela terra, pela moradia popular, os movimentos indígenas e quilombolas e a demarcação de suas terras.

28 - Apoiar a luta das mulheres trabalhadoras por isonomia salarial, direito ao próprio corpo, direito ao aborto e o pleno direito à maternidade.

29 - Defender as liberdades democráticas, especialmente de expressão, de reunião, de organização e de manifestação dos trabalhadores com ampliação das conquistas sociais. Contra a autocracia do Estado.

30. Repudiar veementemente a discriminação e a opressão de classe, gênero, raça, etnia, orientação e identidade sexual, assim como todo tipo de censura e de violência, privada e estatal.

31 - Repudiar o genocídio permanente da população jovem, pobre, negra das periferias dos grandes centros urbanos, bem como os genocídios de indígenas, sem-terra e assassinatos sistemáticos de militantes em prol da defesa dos direitos civis dos trabalhadores.

32 - Repudiar a lei antiterror e a criminalização dos movimentos sociais, e pela desmilitarização e

democratização das polícias militares estaduais e municipais.

33 - Estabelecer articulação e solidariedade com as lutas dos trabalhadores no mundo, e em particular os latino-americanos.

34 - Prestar solidariedade internacional às lutas dos trabalhadores em defesa da soberania dos povos.

35 - Apoiar a luta pela retirada das tropas no Haiti.

36.-Repudiar e denunciar todas as formas de exploração e de opressão; apoiar as lutas por uma sociedade justa, igualitária, livre e democrática.

APROPUC, AFAPUC E ESTUDANTES

CONVIDAM PARA O DEBATE COM OS CANDIDATOS À REITORIA:

Antonio Manzatto
Francisco Serralvo
Jorge Claudio Ribeiro
Maria Amalia Andery

Pátio da Cruz

19 h

30/05/2016



ANDRESSA VILELA

Sâmia Bomfim, Erson de Oliveira, Isa Penna, Bia Abramides, Milton Pinheiro, Diana Assumpção e Antonio Carlos

Partidos de esquerda debatem conjuntura

Na noite de 23/5, segunda-feira, a APROPUC realizou o debate "Partidos de Esquerda na Conjuntura", que fez parte de um ciclo de debates com a participação de convidados de referência na esfera política e sindical. O encontro recebeu Erson de Oliveira (Partido Operário Revolucionário), Antonio Carlos (Partido da Causa Operária), Milton Pinheiro (Partido Comunista Brasileiro), Diana Assumpção (Movimento Revolucionário de Trabalhadores), Isa Penna (Partido Socialismo e Liberdade - Insurgência) e Sâmia Bomfim (Partido Socialismo e Liberdade - Movimento Esquerda Socialista).

POR

Erson iniciou sua fala pontuando que por meio de eleições não há possibilidade da constituição de um governo democrático, apenas de um governo burguês. O militante afirmou ainda que o POR caracteriza o impeachment como um golpe de estado institucional e do grande capital, explicando também que qualquer movimento para a derrubada de um governo que não vier das massas deve ser caracterizado como golpe. Sua perspectiva para a conjuntura,

portanto, passa pela revolução do proletariado: "Não se derrota um golpe pelas vias institucionais, mas pelo levantamento das massas contra o Estado, numa frente única com independência de classe, partindo das necessidades dos explorados".

PCO

Em seguida, Antônio Carlos afirmou a necessidade de escancarar o golpe e da construção de uma política que olhe os interesses da classe trabalhadora, que construa uma greve geral com independência de classe e superando parte da esquerda que possui uma visão deturpada da conjuntura. O militante ponderou, ainda, que pedir por novas eleições é aceitar o golpe e construir uma ilusão de que seria possível chegar a um acordo com a burguesia.

PCB

Milton, representante do PCB, ponderou que o governo petista, em seus anos de mandato, consolidou a autocracia brasileira, que não foi impactada em nenhum momento duran-

te os 13 anos de governo. A perspectiva que o militante enxerga é a formação de um bloco de luta, um encontro nacional das classes trabalhadoras, que gere unidade de classe a fim da construção de uma greve geral que eduque as massas e faça avançar a luta dos trabalhadores. O PCB, por sua vez, também se posiciona contra as eleições gerais, porque nesse cenário só enxerga a vitória do segmento mais reacionário.

MRT

Em sua fala, Diana acrescentou que o cenário do golpe foi direcionado também pelo PT, que abriu espaço para a direita em seu governo, priorizando banqueiros e empresários, deixando de lado garantias de direitos fundamentais. Para o MRT, pedir eleições gerais é legitimar um governo burguês, pois não questiona profundamente o regime. "Devemos construir uma assembleia constituinte livre e soberana, imposta pela luta [...]. Somente assim se avança na luta independente por um governo do trabalhador, da classe operária e da juventude", declarou.

PSOL

Isa Penna, representante da

corrente Insurgência, do Psol, constatou que o país está vivendo uma nova era política, com ataques a direitos sem precedentes. Em sua opinião, a tarefa da esquerda é a de reconstruir vínculos orgânicos com camadas da classe trabalhadora, traçar um plano sério para sair do isolamento e elaborar um projeto contrário ao de Michel Temer. Para ela, exigir eleições gerais é uma tática necessária, que recolocaria a classe trabalhadora como sujeito político, caracterizando uma crítica total ao sistema vigente. "Agora, a estratégia é reconstituir um bloco histórico, com MTST, secundaristas, feministas e recolocar na perspectiva das massas uma alternativa socialista. Temos que estar nas ruas", pontuou.

Sâmia, também do Psol, pela corrente interna MES, concorda com a chamada para as eleições gerais, uma vez que devolveria ao povo o poder de decisão, aprofundando o impasse político e fazendo o povo pensar alternativas que o represente. "É fundamental fortalecer e incentivar lutas, greves e mobilizações no país, principalmente com independência de classe. Precisamos entender que o golpe não foi uma saída progressista e que tem um setor da esquerda disposto a a derrubar o governo Temer", concluiu a militante.

GAUCHE NA VIDA

O golpe e a falta que faz um projeto consistente de mudanças

Ricardo Carlos Gaspar

O surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), há mais de 30 anos, representou um poderoso sopro de vitalidade em um panorama político global marcado, à época, pelo iminente colapso do bloco soviético, a ascensão do neoliberalismo e os desafios postos ante o ocaso do regime militar no Brasil. Em paralelo, a esquerda tradicional vinha sendo profundamente questionada, desde os anos 1960, por suas práticas unidirecionais de direção e comando, sem espaço para crítica e a livre manifestação de novas demandas e movimentos sociais.

O PT abrigou, desde seu começo, segmentos sociais representativos da juventude, da igreja, do funcionalismo público, da intelectualidade, dos trabalhadores da cidade e do campo, com o protagonismo de estratos sindicais radicalizados no berço da indústria de transformação no Brasil, o ABC, na região metropolitana de São Paulo. Sua organização traduzia os anseios de renovação e participação da época. Malgrado a fraqueza de suas definições programáticas (ao contrário dos partidos comunistas tradicionais), o PT pautava sua atuação pela democracia interna, a qual, à época da eleição de seus primeiros prefeitos, no final da década de 1980, cunhou a expressão "modo petista de governar", caracterizado pelo orçamento participativo, conselhos

populares e inversão de prioridades. A repercussão popular dessa conduta foi, a princípio, muito positiva, e se traduziu em avanços eleitorais significativos.

Contudo, a vaga definição do socialismo almejado, a falta de enlaçamento do partido e suas encarnações com as lutas históricas da população brasileira e com o trabalhismo recente e a ausência - e mesmo certo desprezo - pela construção teórica (isto é, a escassa preocupação com um diagnóstico mais preciso da situação presente e das possibilidades de mudança social, bem como acerca do papel do Estado nesse processo) debilitava a consistência estratégica do projeto petista. Se, por um lado, essa impressão conferia maior dose de flexibilidade e plasticidade às alianças políticas, por outro, fragilizava progressivamente o partido na medida em que a conquista do poder passava a ocupar o primeiro plano de sua prática política.

Embora reconheça que a analogia seja exagerada e fora de contexto, pois aqui o objetivo revolucionário jamais foi posto em cena, não resisto chamar à lembrança a célebre afirmação de Lenin: "sem teoria revolucionária não há prática revolucionária".

Na economia, a mesma carência apontada revelou-se no comportamento errático dos governos petistas entre o desenvolvimento induzido pelo Estado e as posturas abertamente favoráveis ao setor financeiro. O

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi um bom exemplo da primeira orientação, mas perdeu força, ao final, por problemas de financiamento e de gestão. Por outro lado, apesar da redução na taxa de juros promovida pelo primeiro governo Dilma Rousseff (2011-14), a retomada sistemática na elevação da taxa no início do segundo mandato pegou a todos de surpresa: sem conseguir o apoio de quem buscava, minou a confiança das bases sociais do governo, agravado pela ênfase num ajuste fiscal inviável. O impasse institucional provocado pela campanha golpista acabou de liquidar as chances de recuperação em 2015 ou 2016. O fato é que nunca houve projeto claro de modelo econômico desejável, e o resultado disso está estampado no desempenho da indústria nacional nos últimos anos e na indigência do país no campo da ciência e da tecnologia. Apesar de essa trajetória descendente remontar aos anos 1980, os governos petistas não souberam revertê-la. Entre as 100 maiores universidades do mundo em termos de produção científica, apenas a Universidade de São Paulo figura no ranking, mesmo assim perdendo posições, haja vista a "despolítica" educacional dos governos tucanos em São Paulo.

Importa ressaltar que, no curso da trajetória do PT, o objetivo do poder foi ficando mais nítido, sem que se elaborasse um pro-

grama coerente de reformas e a visualização mais concreta de um projeto de nação. Este, por sua vez, jamais pode ser obra de iluminados, mas fruto de um esforço coletivo de reflexão, sob parâmetros (aí sim) de estudos e prospecções políticas calcados em um conhecimento científico da realidade e suas perspectivas de transformação.

À falta disso, as políticas efetivamente praticadas pelo PT no exercício do poder, que passaram a abranger não somente prefeituras importantes, como também governos estaduais e, a partir de 2003, o poder federal, ficaram perigosamente indeterminadas, podendo comportar desde laivos esquerdistas (minoritários) até pragmáticas guindas liberais (e neoliberais também), estas crescentemente adotadas.

Mais problemático ainda: a necessária e inevitável aliança com setores a direita do espectro político nacional (dada a exiguidade dos grupos de esquerda representados no Parlamento) ficou inteiramente desprovida de políticas balizadoras, capazes de permitir convergência e negociação em torno de ações consistentes. Os programas de governo de Luis Inácio Lula da Silva e, principalmente, de Dilma Rousseff, foram pífijs. Desse modo, carentes de uma clara articulação entre meios e fins, os "acordos pala governabi-

continua na próxima página

continuação da página anterior

lidade" ficaram a mercê de arranjos espúrios com personalidades e forças de índole no mínimo duvidosa, indefesos frente a práticas espúrias tão usuais do establishment da política brasileira e das artimanhas históricas da elite econômica do país. Indefesos face à corrupção endêmica, enfim.

Deu no que deu... Com a economia internacional favorável e a aposta bem sucedida na expansão do gasto interno, tudo se afigurava um jogo de ganhos mútuos. Enquanto esse quadro persistiu, muito bem. Porém, com a reversão do ciclo, ao longo do primeiro mandato de Dilma, a elite resolveu descartar o aliado indesejável e quebrou, quase sem resistência do partido, sua espinha dorsal. E aplinar o caminho para sua plataforma antinacional e antidemocrática. Das poucas lideranças novas e promissoras do PT, como o prefeito de São Paulo Fernando Haddad, não houve registro de manifestações de peso ao longo dos meses de massacre midiático. A direita, ademais, foi competente, a seu modo, ao construir um discurso com ampla repercussão em parcelas conservadoras da sociedade brasileira. Como eventual saldo positivo desse desfecho fica a mobilização intensa de setores da população que expressaram, nas ruas, nas redes sociais e com reflexo em setores minoritários do parlamento, seu decidido repúdio ao golpe. É a partir daí que recomeça a difícil reconstrução de uma frente de esquerda, que terá o PT como integrante, porém certamente não mais como protagonista exclusivo.

Ricardo Carlos Gasparé professor do Departamento de Economia da PUC-SP.

Reitoráveis fazem primeiro debate oficial

Os candidatos a reitor da PUC-SP realizaram o primeiro dos quatro debates programados pela Comissão Central Organizadora. Antonio Manzatto, Francisco Serralvo, Jorge Claudio Ribeiro e Maria Amalia Andery encontraram-se no TUCA, na manhã de terça-feira, 24/5. As normas rígidas do debate impediram polêmicas mais contundentes que pudessem expor as diferenças entre plataformas. Mesmo assim os candidatos discorreram sobre vários temas de interesse da comunidade.

Jorge Claudio e Manzatto levantaram inicialmente a necessidade de se reverter a lógica de encolhimento que hoje impera na universidade, enquanto Serralvo e Maria Amália apresentaram as suas propostas para a internacionalização da universidade.

A pergunta constante nos debates sobre a aceitação da nomeação do reitor caso não seja o escolhido pela comunidade coube por sorteio a Maria Amália e Antonio Manzatto, ambos disseram que seguirão

as regras do jogo, aceitando, portanto, a indicação mesmo que não sejam os mais votados. Ao final do debate Jorge Claudio leu uma declaração de que sua chapa não aceitará a nomeação caso não tenha sido a primeira colocada, já Serralvo, na conversa com a APROPUC, também mostrou postura de aceitação dos estatutos.

Uma pergunta que gerou forte reação da plateia foi referente à segurança interna. Jorge Claudio Ribeiro colocou-se frontalmente contra a colocação de catracas, o que lhe rendeu aplausos da plateia. Serralvo ao falar sobre a proteção do patrimônio também colocou-se contra as catracas.

BOLSAS PARA FUNCIONÁRIOS

A professora Maria Amália colocou-se contra o critério de concessão de bolsas aos funcionários, o mesmo acontecendo com o Antonio Manzatto que criticou a falta de incentivo aos administrativos.

As condições de trabalho dos funcionários foram criticadas por Jorge Claudio que propõe a retomada do plano de carreira administrativo. Em várias oportunidades o repasse foi criticado por todos os candidatos.

A autonomia universitária também é uma meta dos candidatos. Maria Amália afirmou que se um colegiado toma uma decisão a reitoria deve defendê-la no Conselho de Administração (Consad).

DEBATE DAS ENTIDADES

A APROPUC, a AFA-PUC e os estudantes realizarão seu tradicional debate no dia 30/5, às 19h, no Pátio da Cruz. A reitora nomeada negou espaço às entidades, sob o pretexto de que os debates oficiais já estavam programados. No entanto, as entidades, contrariando mais esta decisão autoritária, deverão realizar seu debate de qualquer maneira, sendo que todos os candidatos já confirmaram suas presenças.



Maria Amalia Andery, Antonio Manzatto, o mediador, Gabriel Cruz, Jorge Claudio Ribeiro e Francisco Serralvo

ANDRESSAVILELA

MOVIMENTOS SOCIAIS

Governo golpista segue agenda de ataque a direitos

No 13º dia de seu governo interino, Michel Temer (PMDB) lançou um novo pacote de medidas econômicas para o país para conter o endividamento do governo e controlar o déficit público. As medidas demonstram que o governo golpista não pretende manter as garantias sociais conquistadas nos últimos anos.

Entre as medidas, Temer citou a reforma da Previdência, que deverá ser tratada como prioridade em seu governo. Segundo os projetos da atual gestão, deverá ser fixada uma idade mínima para aposentadoria e uma regra de transição para quem já

está no mercado de trabalho.

O ministro da fazenda Henrique Meirelles afirmou que outra medida será o envio de uma proposta de emenda à constituição para limitar as despesas públicas, projeto que inclui o bloqueio de novos subsídios e pode contar com cortes na saúde e na educação, ou seja, um ataque direto a direitos sociais. O governo interino também já suspendeu todas as contratações da terceira etapa do programa Minha Casa Minha Vida, que, segundo Temer, deverá passar por um "aprimoramento". A nova gestão irá propor que não sejam ampliados os subsídios já existentes a

não ser que haja uma compensação para tais despesas.

A população, entretanto, segue respondendo nas ruas aos ataques sistemáticos que o governo golpista vem fazendo na direção dos trabalhadores e dos direitos sociais. Em São Paulo, quase todos os dias do governo interino contaram com atos de movimentos sociais, além de manifestações em diversos palcos da Virada Cultural, que aconteceu há dois finais de semana, em São Paulo, onde os moradores da cidade insistiam em gritar "Fora Temer".

Em uma dessas manifestações, no dia 22/5, domingo, manifestantes da

Frente Povo Sem Medo foram expulsos de uma praça em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, enquanto protestavam contra Michel Temer. Os militantes já haviam concordado com a Polícia Militar que fariam um acampamento próximo do ponto onde se deu o fim do protesto, uma praça próxima à residência de Temer na capital, mas não demorou muito tempo para que a própria corporação reprimitesse a manifestação com bombas de gás e balas de borracha, demonstrando, mais uma vez, a seletividade da atuação da PM frente a manifestações populares no estado de São Paulo.

Professores da USP deliberam greve

Na última segunda-feira, os professores da USP decidiram iniciar sua greve a partir do dia 31/5, terça-feira. Segundo relato da professora Ana Costa, representante da Associação dos Docentes da USP, ao portal Esquerda Diário, aproximadamente 200 docentes votaram pela greve, dizendo não à política de desmonte da universidade que vem sendo implementada pela reitoria.

A greve se dividiu em cinco eixos: contra o desmonte da universidade pública, pela retirada de pauta das propostas da reitoria da reforma centralizadora na avaliação e na carreira docente, contra o arrocho salarial apresentado pela proposta do Cruesp (Conselho de Reitores das Uni-

versidades Estaduais Paulistas) de 3%, pelo repasse integral da cota parte do ICMS e ampliação das verbas para as Universidades Estaduais Paulistas, e pela abertura e transparência nas contas da USP.

A assembleia aprovou, ainda, o repúdio às pressões para cortes de ponto de funcionários em greve que a administração central tem enviado às unidades de ensino.

Ainda na semana passada, trabalhadores de mais cinco unidades da USP entraram em greve: Administração Central, Hospital Universitário, Centro de Práticas Esportivas da USP (Cepeusp), Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC) e a Biblioteca Brasileira.

PUC-PR mantém afastamento de professores

Recentemente, nove professores da PUC-PR foram suspensos das suas atividades por tempo indeterminado para serem "investigados".

O comunicado formal foi feito pela instituição de ensino em virtude de matérias publicadas na edição nº 38 do Didata, informativo do Sindicato dos Professores de Ensino Superior de Curitiba e Região Metropolitana (Sinpes), que questionava as demissões e a redução da carga horária dos professores da instituição.

Nesse sentido, o Sinpes iniciou uma mobilização para a defesa dos professores afastados. "A sucessão de atos notoriamente antissindicais e atentatórios à liberdade de manifestação prati-

cados pela PUC-PR evidencia que o problema não está nas denúncias formuladas nem na forma como foram veiculadas, mas na própria existência do Sinpes como contraponto dos atos praticados que violam o direito dos professores", afirmou o sindicato em panfleto divulgado.

A organização pede que a PUC-PR reconsidere a decisão o quanto antes para que não haja o aumento de prejuízos para as partes envolvidas. Mais informações podem ser encontradas no site: <http://sinpes.org.br/site/luta-pela-liberdade-de-express>.

A APROPUC, bem como as professoras Bia Abramides e Vera Vieira manifestaram seu apoio aos professores paranaenses.

ROLA NA RAMPA

Consun aprova manutenção dos departamentos

A reunião ordinária do Consun de maio aprovou o relatório da Comissão encarregada de estudar a manutenção da estrutura departamental na PUC-SP. Depois de mais de um ano de trabalho a comissão, presidida pelo professor Francisco Serralvo, encaminhou um extenso relatório indicando a necessidade de continuidade da atual estrutura e propondo um reestudo para adequar os departamentos às demandas apresentadas pelas várias direções.

O pedido para a revisão dos atuais departamentos foi feito ao Consun pela Fundação São Paulo que levantou como pressupostos, entre outros, que os departamentos nem sempre levam em conta, as áreas epistemológicas em que atuam; a organização didático-científica dos cursos da Universidade fica por conta

das coordenações de cursos; que a estrutura departamental não pode ser entendida como uma organização administrativa, e que muitas universidades, não mais possuem a estrutura de departamentos.

A comissão ouviu as diversas unidades da PUC-SP e concluiu que o departamento representa sim uma estrutura importante para a universidade, propondo, no entanto, que as Faculdades promovam estudos sobre a atual organização e composição dos seus departamentos de forma a solucionar os principais problemas identificados nas reuniões, quais sejam: a) estruturação visando a uma melhor adequação das áreas epistemológicas nos departamentos; b) rediscussão das funções dos departamentos, considerando necessidades atuais e novas, bem como, metas a serem atingidas; c)

adequação e rearranjo do número de docentes nos respectivos departamentos de forma a superar alguns grandes desequilíbrios existentes.

A comissão se norteou por princípios acadêmicos, descartando justificativas econômicas. Agora a mesma comissão irá elaborar um cronograma para a discussão nas unidades das questões levantadas no relatório.

ASSÉDIO

O Coletivo Voa, constituído fundamentalmente por estudantes, relatou problemas com assédios realizados nos arredores da universidade. Os estudantes já enviaram abaixo-assinado à reitoria, solicitando providências e um posicionamento claro da instituição. O pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias Jarbas Vargas Nascimento afirmou que a universidade já tomou providências solicitando reforço

da iluminação e policiamento aos órgãos competente, bem como está discutindo a questão em um fórum que agrupa reitorias da USP, FAAP e Mackenzie.

A diretora da Fachs, Marcia Batista colocou que não basta ficarmos esperando unicamente respostas das autoridades externas, mas devemos cobrar soluções da própria universidade. O argumento foi corroborado pelo estudante Eudes Manuel Cardozo que entende que não devemos contar exclusivamente com uma polícia que agride fundamentalmente jovens, negros e pobres.

Padre Valeriano Costa da Faculdade de Teologia também relatou problemas com segurança no campus Ipiranga e pediu que o assunto seja encaminhado ao Conselho de Administração para que medidas eficazes sejam tomadas.

Reajuste salarial de professores é definido

No dia 21/5, professores da educação básica e do ensino superior, reunidos em assembleia do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP), aprovaram as propostas de reajuste salarial. Para o ensino superior foi aprovado um reajuste de 7% entre março e agosto, mais 3,57% a partir de setembro. No mês de outubro os professores recebe-

rão um abono de 21% que corresponderá a diferença salarial entre março e agosto. O reajuste será aplicado tanto a professores como trabalhadores não docentes. O abono estará garantido mesmo para quem se desligar até junho. A Participação nos Lucros e Resultados, PLR, somente será paga para a educação básica.

Professora lança livro sobre Direito LGBTI

A professora de Direito Ivone Zeger, lançou, no último dia 23/5 o livro Direito LGBTI - Perguntas e Respostas. O livro único do gênero no país, traz inúmeras informações técnicas para pessoas que tenham dúvidas relativas a casamento, união es-

tável, adoção, inseminação artificial, dissolução de união estável, divórcio, partilha de bens, herança - enfim, todos os temas pertencentes ao Direito de Família. O livro pode ser procurado através do endereço eletrônico www.mescla.com.br.

PUC-SP debate genocídio juvenil e luta secundarista

No dia 2/6, quinta-feira, o Museu da Cultura organizará uma conversa sobre Genocídio Juvenil e a Luta Secundarista. Estarão presentes Rita Alves (PUC-SP), Rosemary Segurado (PUC-SP), Dalva Garcia

(PUC-SP e E.E. Fernão Dias), Igor Miranda e Letícia Karen (secundaristas da E.E. Fernão Dias). O encontro acontece às 19h, no Pátio da Cruz, e em caso de chuva será transferido para a sala 100.

Prorrogada Exposição Yanomami

A exposição Yanomami, que acontece no Museu da Cultura da PUC-SP, foi prorrogada por mais um mês, ficando em cartaz até o dia 24/6. A

visitação da exposição acontece de segunda à sexta, das 14h às 19h. O Museu da Cultura fica no prédio velho do campus Monte Alegre.

11ª Semana de Multimeios

Entre os dias 30/5 ao dia 2/6, a universidade sediará a 11ª edição da Semana de Multimeios. O evento contará com encontros às 14h e às 16h, que abordarão diversos

temas na área do audiovisual. As palestras serão realizadas no auditório 117-A. Para mais informações, acessar a página www.facebook.com/semanademultimeios.